



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto de Agronomia

Departamento de Geociências

Curso de Geografia

**CAROLINA ALVES FANTINATO**

**O NEOLIBERALISMO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS LIVROS DO PROJETO ARARIBÁ DE 6° E 7° ANOS ADOTADOS NAS ESCOLAS DE SEROPÉDICA/RJ: UMA ABORDAGEM DOS CONCEITOS DE GEOGRAFIA**

2013



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto de Agronomia

Departamento de Geociências

Curso de Geografia

**O NEOLIBERALISMO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS LIVROS DO PROJETO ARARIBÁ DE 6° E 7° ANOS ADOTADOS NAS ESCOLAS DE SEROPÉDICA/RJ: UMA ABORDAGEM DOS CONCEITOS DE GEOGRAFIA**

*CAROLINA ALVES FANTINATO*

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Licenciatura Plena em Geografia, como requisito para a graduação.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Cohen Barros

Seropédica

Maio/2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

**“O neoliberalismo e o ensino de geografia nos livros didáticos de 6º e 7º anos adotados nas escolas de Seropédica/RJ: uma abordagem dos conceitos de geografia”**

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências como requisito para a conclusão do curso de Graduação em Geografia (modalidade Licenciatura) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aluno/a: Carolina Alves Santinato

Orientador/a: Ryuloku P.

Professor/a: Uma Cláudia F. S. Sampaio

Professor/a: [Assinatura]

Situação: APROVADA

Seropédica/RJ

2013

**FANTINATO, Carolina Alves**

O neoliberalismo e o ensino de geografia nos livros do Projeto Araribá de 6° e 7° anos adotados nas escolas de Seropédica/RJ: uma abordagem dos conceitos de geografia.

Carolina Alves Fantinato – Seropédica: UFRRJ/DEGEO, 2013.

VIII, 40p.

Monografia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ/DEGEO – Curso de Geografia, 2013. Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Cohen Barros-DEGEO/UFRRJ.

1. Neoliberalismo, 2. Livro Didático, 3. Ensino de Geografia.

Dedico esta monografia ao meu avô materno, José Lamartine Lins Alves, já falecido, e a minha avó materna Irene Pereira Alves que construíram uma vida simples com uma sabedoria enorme.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus e a Espiritualidade que acalentam minhas aflições e me direcionam para as melhores escolhas;

Aos meus pais e a minha família paterna e materna que estão sempre comigo e são a minha paixão, a base da minha vida;

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que se fez minha morada e dona da minha liberdade;

Aos moradores da república do Bambu que me proporcionaram dias de muita festa e pouquíssima solidão;

Aos meus amigos da turma de 2009, principalmente, Loar, Lucas, Thiago e Anderson que são companhia boa pra todas as horas;

Ao meu namorado Gabriel que é lindo e me fez muito feliz durante esses quatro anos;

Agradeço à minha orientadora e coordenadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Cohen Barros pela paciência e pela divisão de conhecimentos que me proporcionou ao longo de todo o curso de geografia. Pela sua receptividade quando a procurei para que me orientasse e principalmente por ter me socorrido em todos os momentos de dificuldades vividas ao longo da graduação. Sem ela eu não concluiria esse curso!

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Claudia Ramos Sacramento que cedeu seu tempo e paciência. Seus apontamentos foram de grande ajuda para a conclusão desse trabalho;

Ao professor Leandro Dias de Oliveira pela dedicação, ao ministrar aulas excelentes durante todo o curso de geografia;

Ao professor Maurílio Botelho que ministrou praticamente todas as disciplinas do curso de 2009 e que nunca hesitou em defender sua opinião e suas ideias. Seu conhecimento foi de grande valia para construção da minha formação.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos, professores e funcionários do Departamento de Geociências que de alguma maneira, contribuíram para que eu concluísse uma Universidade Federal.

Obrigada!

## **RESUMO**

### **“O NEOLIBERALISMO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS LIVROS DO PROJETO ARARIBÁ DE 6º E 7º ANOS ADOTADOS NAS ESCOLAS DE SEROPÉDICA/RJ: UMA ABORDAGEM DOS CONCEITOS DE GEOGRAFIA”**

Carolina Alves Fantinato

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Cohen Barros

O presente trabalho se propõe a apresentar como os conceitos de Paisagem, Espaço Geográfico, Lugar, Trabalho, Território e Regionalização apresentam intencionalidades neoliberais. Para tanto, utilizamos os livros do Projeto Araribá de sexto (6º) e sétimo (7º) anos de geografia adotados nas escolas de Seropédica/RJ. A análise foi realizada primeiramente por meio de pesquisas bibliográficas sobre obras que tangem a Educação, o Liberalismo, o Estado de Bem-Estar Social e o Neoliberalismo. Em um segundo momento, foi utilizado o critério metodológico de análise de conteúdo temático-categorial segundo BARDIN (1977) a fim de diagnosticar o Neoliberalismo nos livros didáticos. Primeiramente, foi identificado que os conceitos de Paisagem, Lugar e Espaço contribuíram para a formação de cidadãos individualizados. Enquanto que o conceito de Trabalho, por meio da noção de qualificação e consentimento, construiu valores próprios ao mercado, como competitividade e lucro. Por fim, os conceitos de Território e Regionalização omitem os conflitos e exaltam o que “vem de fora” de exterior. Concluiu-se que as concepções Neoliberais no conteúdo didático dos livros de geografia é extremamente sutil e zela por formar uma sociedade com valores individualistas. Quanto mais cedo essas concepções forem transmitidas ao aluno por meio dos conceitos, mais natural e inata o constructo social neoliberal se tornará.



“Busque agir para o bem, enquanto você dispõe de tempo. É perigoso guardar uma cabeça cheia de sonhos, com as mãos desocupadas” (Francisco Cândido Xavier, Agenda Cristã pelo Espírito André Luiz. 14)

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO .....</b>	<b>4</b>
1.1. CONCEPÇÕES DO LIBERALISMO E SUA FINALIDADE NA EDUCAÇÃO .....	4
1.2. O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E SUAS PRETENSÕES .....	7
1.3. O NEOLIBERALISMO E SUAS PROPOSTAS.....	9
<b>2. O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA .....</b>	<b>12</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E A ANÁLISE DO LIVRO .....</b>	<b>18</b>
3.1. O NEOLIBERALISMO NOS CONCEITOS DE PAISAGEM, LUGAR E ESPAÇO GEOGRÁFICO .....	22
3.2. A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NO LIVRO DIDÁTICO .....	27
3.3. OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E REGIONALIZAÇÃO .....	29
<b>4. TRATAMENTO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

Os livros didáticos em geral são o principal meio de investigação dos alunos, por isso, também são formadores de consciência. Optou-se em analisar os livros de geografia do Projeto Araribá do sexto (6º) e sétimo (7º) anos, porque estão sendo utilizados por alunos e professores nas escolas de Seropédica/RJ ao longo do ano de 2013. Nestes livros, os conceitos de Paisagem, Espaço, Lugar, Trabalho, Território e Regionalização, demonstram a permanência do constructo neoliberal.

Primeiramente, abordamos como foi se construindo a consciência hegemônica do Liberalismo ao Neoliberalismo e como o ensino serviu a essas correntes. Em seguida, são relatados como os conceitos estão descritos nos livros de sexto (6º) e sétimo (7º) anos do Projeto Araribá.

Para essa finalidade, será utilizado as concepções propostas na obra de ROCHA (2010) intitulada *O Ensino de Geografia no Brasil: Prescrições Oficiais Em Tempos Neoliberais*, a fim de identificar a prática do constructo neoliberal proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o reflexo dessa prescrição no livro didático.

Esta pesquisa foi motivada por duas inquietações: uma como as políticas neoliberais se produzem como natural e inata à sociedade contemporânea? E outra, de como essa consciência se perpetua no ensino de geografia por meio dos livros didáticos?

Torna-se necessário para a pesquisa, fundamentar as concepções do modelo Liberal, do Estado de Bem-Estar Social e do Neoliberalismo. Os princípios do modelo Liberal fincam-se no individualismo, na liberdade e na propriedade. Neste capítulo, a obra de LIMA (2007) intitulada *Neoliberalismo e Educação* fundamentou esse modelo.

O Estado de Bem-Estar Social é abordado, a fim de mostrar, como a sua regulamentação presa em manter o regime de acumulação capitalista não nega completamente os ideais de liberalismo, pelo contrário, acaba por criar um estado de confiança para a atuação da iniciativa privada. Para isso, PERES e CASTAHA (2006) são utilizados para legitimar essa concepção.

Antes de iniciar a análise dos conceitos nos livros, será apresentado o neoliberalismo e seu pressuposto para o ensino em geral. Com essa fundamentação, procura-se entender como o ensino de geografia se torna um elo para a permanência do constructo neoliberal fundamentado nos livros didáticos.

Foram analisados os livros do Projeto Araribá correspondes aos sexto (6º) e sétimo (7º) anos do ensino fundamental, seguindo uma orientação metodológica baseada na análise de conteúdo temático-categorial segundo BARDIN (1977), onde primeiramente, realizou-se uma pré-análise.

Escolheu-se o material que seria utilizado na pesquisa, dessa forma, o Projeto Araribá foi selecionado porque é utilizado desde 2011 pelas escolas do município de Seropédica/RJ. A *Leitura Flutuante* (BARDIN, 1977, 96) conduziu a identificação do neoliberalismo nos conceitos dos livros e a criação de categorias de análise.

O segundo momento consistiu na exploração do material que resultou em identificar o registro do constructo neoliberal na definição dos conceitos e recortá-los para descrevê-los na pesquisa. Como a obra de ROCHA (2010) infere sobre o ensino de geografia e o neoliberalismo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), e correlacionamos seu trabalho a essa pesquisa.

Foi apresentado o conceito de paisagem, descrevendo sua definição no livro didático e, seguindo, os conceitos de espaço geográfico e lugar. Esta

categoria, apresentada na primeira unidade do livro do sexto (6º) ano, fomentou como a apropriação de uma geografia fenomenológica por parte do neoliberalismo, desassociando o aluno da consciência de classe social em luta, zela pela formação do individualismo com a construção da percepção do espaço vivido.

A segunda categoria, fundamentada no conceito de trabalho, naturaliza os princípios de livre mercado, competitividade e lucro. A construção desse conceito reproduz o constructo neoliberal no ensino de geografia, a fim de transpor ao aluno os mesmos critérios adotados em uma empresa e concebe o conhecimento como mercadoria.

A última categoria é proposta no livro didático do sétimo (7º) ano, que aborda os conceitos de Território e Regionalização. Esses, são complementares e, por isso, formarão uma única categoria. A análise pretendeu demonstrar como a omissão da discussão dos conflitos, a exaltação da colonização portuguesa e da gestão do território, desenvolve ocultamente um entusiasmo do que “vem de fora”, ou seja, do externo ser melhor do que temos no Brasil.

Em uma última etapa, as informações coletadas pela análise, resultaram na construção de uma tabela demonstrativa, que mostram como os conceitos dos livros didáticos permeiam o ideal neoliberal, a fim de responder as hipóteses dessa monografia.

Essa pesquisa foi motivada pela inquietação de que o ensino não é inocente, ele procura inculcar no aluno uma ordem que eternize a sociedade moderna por meio de regras e leis que zelam gerar uma consciência hegemônica nos indivíduos.

## DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO

### 1.1. Concepções do Liberalismo e sua finalidade na Educação

Ao que corresponde ao conhecimento popular, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1987), define o verbete liberalismo como conjunto de idéias e doutrinas que visam assegurar a liberdade individual no campo da política, da moral, da religião, etc (AURÉLIO, 1987, p.835).

Após o século XVII, na Inglaterra, emerge a corrente com a ascensão da classe burguesa. Esta se auto-afirma por meio de seu ideário político-social e econômico, propondo a reforma do Estado Absolutista. Entretanto, não se cogitou pela necessidade de sua abolição.

O modelo liberal cria princípios que podem ser resumidos em três esferas e não estão completamente desassociados do modelo neoliberal: o *individualismo, a liberdade e a propriedade* (LIMA, 2007, p.45). Segundo este autor, o individualismo concebe que o sujeito não deve ser limitado por uma autoridade, mas deve ser incentivado a desenvolver todas as suas capacidades.

*Dentro desta ótica, se crer ter o indivíduo diferentes atributos, de acordo com os quais atinge uma posição social vantajosa ou não. Por outro lado, o indivíduo não sendo limitado por uma autoridade (o Governo, por exemplo), mas sendo incentivado a desenvolver todas as suas capacidades, torna-se o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso social (LIMA, 2007, p 45).*

Nessa concepção, o conceito de individualismo rompe com a compreensão que a sociedade está sacramentada em classes, ao definir que os indivíduos apresentam diferentes atributos, ou seja, possuem qualidades

diversas que legitimam a sua posição social. Incentivado a desenvolver suas habilidades, o mérito e a gratificação salarial são postas como “natural” ao sujeito, conseqüentemente, a pobreza e as desigualdades sociais são responsabilidade do mesmo.

O princípio da liberdade individual insere que “o progresso geral da sociedade como um todo está condicionado ao progresso de cada indivíduo que obtém êxito econômico e, em última instância, à classe que alcança maior sucesso material” (LIMA, 2007, p.45). Entende-se que cada sujeito que alcançar seu progresso econômico estará beneficiando a sociedade como um todo, dessa forma, legitima-se valores de competitividade entre indivíduos e classes sociais.

As concepções de liberdade e individualismo rompem com ser coletivo ao apresentar que cada sujeito é responsável pelo seu progresso econômico e social, o êxito econômico reafirma que a concorrência é o elemento chave para a difusão do modelo de livre mercado, e o indivíduo é incentivado a desenvolver ao máximo as suas habilidades e buscar acessão social.

Ao que concebe a noção de propriedade, esta é difundida como um direito natural e elementar para o indivíduo.

*Uma vez que a doutrina liberal repudia qualquer privilégio decorrente do nascimento e sustenta que o trabalho e o talento são os instrumentos legítimos de ascensão social e de aquisição de riquezas, qualquer indivíduo pobre, mas que trabalha e tenha talento, pode adquirir propriedade e riquezas (CUNHA, 1979, p.31 apud LIMA, 2007, p. 46).*

A concepção de propriedade zela por resgatar o individualismo e a liberdade, e legitima uma contradição, porque ao mesmo tempo em que a propriedade é um direito do indivíduo, ela só é adquirida a partir do trabalho, ou seja, a partir da acumulação privada. Dessa forma, salienta que qualquer indivíduo que tenha habilidade consegue adquirir riquezas e propriedade.

Essas concepções do ideário liberal agem em conformidade com o ensino-aprendizagem ao legitimar que “a educação como veículo de transmissão das idéias, proclamam as excelências do livre mercado da livre iniciativa” (SILVA, 1995a, p. 12 apud LIMA, 2007, p. 49).

A consciência liberal fincada nos princípios de individualismo, liberdade e propriedade são apropriadas pela educação para naturalizar as concepções de livre comércio e garantir a unidade do processo, ao mesmo tempo, que deslegitimam a construção de uma classe social em luta com uma percepção fincada na consciência individual.

*As propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso da realização social por meio da auto-expressão, a busca da segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida (HARVEY, 2012, p. 118).*

A fim de confirmar as concepções liberais, HARVEY (2012) demonstra como as construções ideológicas incentivadas por meio das tendências individuais, moldam os modos de consumo e estilos de vida. Essa construção social ideológica beneficia o livre-mercado, a concorrência e o lucro, ao incentivar a necessidade de obter uma posição e realização social.

Ao que tange a Educação, a finalidade dessas concepções reafirmam que o trabalhador na sociedade liberal buscará a educação para aprender uma profissão, pois “a certeza de poder perpetuar toda a parte excedente da produção de seu próprio trabalho que ultrapasse seu consumo, estimula a cada pessoa, dedicar-se a uma profissão específica” (SMITH, 1983, p. 50-51). Nesse aspecto, quando a educação passa a ser mercadoria privada, o trabalhador passa a pagar para adquirir conhecimento e aprender a produzir. Não havendo o interesse de se fazer uma educação pública para todos.



## **1.2. O Estado de Bem-Estar Social e suas pretensões**

Após a crise da bolsa de valores de Nova York, em 1929, a recessão dos Estados Unidos, a sobrevivência de uma guerra mundial e a necessidade de reconstrução da Europa após os anos 1945 propiciou as condições para a rápida expansão das ideias de intervenção do Estado na economia.

A Teoria Keynesiana, que fundamentou a implantação do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do sistema capitalista, surgiu após a Segunda Guerra Mundial. O seu desenvolvimento se deu, porque os modelos econômicos anteriormente empregados, como o liberalismo, não mais garantiam a distribuição regular das vantagens e desvantagens entre as classes sociais distintas. Com isso, as revoltas da classe trabalhadora e a emergência do comunismo e socialismo passaram a ameaçar a burguesia liberal.

Segundo PERES e CASTANHA (2006), KEYNES (1989)<sup>1</sup> interpreta o capitalismo trazendo ideais que passam a ser exaltadas na economia clássica. Segundo esse autor, o “governo deveria suplementar a insuficiência de demanda do setor privado” (KEYNES, 1989, p. 15 apud PERES e CASTANHA, 2006, p.235).

Nesse sentido, o Estado assume-se como regulador da economia de mercado para garantir o equilíbrio e a manutenção do sistema capitalista, ao mesmo tempo, em que regulamenta praticamente todas as atividades produtivas e assegura a geração de riquezas materiais.

PERES e CASTANHA (2006) define que KEYNES (1989) não tinha a intenção de sanar completamente as desigualdades sociais, pelo contrário, o “problema é criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem

---

<sup>1</sup> “Devemos salientar que a partir de suas ideias surgem o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário internacional (FMI)” (PERES e CASTANHA, 2006, p.238)

ofender nossas noções de mundo satisfatório de vida” (KEYNES, 1982, p. 126 apud. PERES e CASTANHA, 2006, p. 235). O Estado de Bem-Estar Social não deveria aniquilar os grupos econômicos dominantes, sendo que o principal objetivo de KEYNES (1989) era “a criação de um estado de confiança para a atuação da iniciativa privada” (KEYNES, 1989, p. 124 apud PERES e CASTANHA, 2006, p. 235).

Dessa forma, percebemos que uma vertiginosa ampliação dos serviços assistenciais públicos abarcando as áreas de renda, habitação, previdência social, entre outras, foram estabelecidos para manter vigente a ordem econômica, anteriormente estabelecida pelo liberalismo. Por isso, o Estado de Bem-Estar Social não nega completamente os ideais liberais, pelo contrário, seu estabelecimento zela por manter e regular a economia capitalista de mercado.

*O problema é fazer o comportamento de todo o tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos assumirem alguma modalidade de acumulação que mantenha o regime de acumulação funcionando (HARVEY, 2012, p.117).*

HARVEY (2012) reafirma a importância do Estado de Bem-Estar Social em manter o regime de acumulação capitalista e, por conseguinte, complementa ao narrar que uma materialização do regime de acumulação toma a forma de normas, leis, hábitos e redes de regulamentação para garantir uma unidade de “consciência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação” (LIPIETZ, 1968, p.19 apud HARVEY, 2012, p. 117).

Contudo, o Estado de Bem-Estar Social não se faz da mesma forma que o estado liberal. Pelo contrário, para manter o regime de acumulação esse

modelo norteia novas concepções, como por exemplo, ao zelar pela desmercadorização do indivíduo enquanto trabalhador, ou seja, “os direitos do indivíduo deixam de estar dependentes unicamente do desempenho do seu trabalho para fixar-se nas suas necessidades” (FORIGO, 2003, p. 54), enquanto que no modelo liberal, o trabalho é instrumento legítimo de ascensão social e de aquisição de riquezas.

Após a crise do petróleo de 1973, o Estado de Bem-Estar Social passa a ser imensamente criticado. FORIGO (2003) dita que

*o modelo originado da teoria de Keynes, o Estado do Bem-Estar Social, entrou em crise desde os anos 70, sendo questionado porque, enquanto modelo econômico, fez aumentar o déficit público, propiciou o crescimento de empresas improdutivas, desestimulou o trabalho e a competitividade, reduziu a capacidade de poupança e o excedente de capital para ser reinvestido na produção, além de gerar uma enorme inflação. (FORIGO, 2003, p. 56)*

Delineou-se que as pretensões do Estado de Bem-Estar Social estavam proporcionando o crescimento de empresas improdutivas e desestimulando o trabalho e a produtividade, reduzindo o excedente de capital e gerando uma enorme inflação. Segundo GENTILI (1996), HAYEK (1976), assim como FRIEDMAN (1982), trouxe interpretações que rebuscam as origens do liberalismo condenando qualquer atividade econômica que venha depender de verbas do governo.

### **1.3. O Neoliberalismo e suas propostas**

Como aborda LIMA (2007), seguindo o dicionário de Ciências Sociais, o verbete neoliberalismo expressa uma “doutrina que aspira a renovar certas posições do velho liberalismo, mas que permanece fiel às raízes do mesmo” (LIMA, 2007, p 47). Desse modo, o neoliberalismo, assume-se como uma corrente hegemônica, ao mesmo tempo, em que sintetiza uma estratégia

política para combater a crise dos anos 70, articulando um ambicioso projeto de reformas ideológicas. Segundo GENTILI (1996),

*o êxito cultural mediante a imposição de um novo discurso que explica a crise e oferece um marco geral de respostas e estratégias para sair dela – se expressa na capacidade que os neoliberais tiveram de impor suas verdades como aquelas que devem ser defendidas por qualquer pessoa medianamente sensata e responsável (GENTILI, 1996, p.2).*

O Neoliberalismo emerge como um discurso que salienta as respostas para sair da crise ao passo que impõem suas ideias como sensatas e irrevogáveis. Inicia-se a criação de um novo *senso comum* que se naturaliza, para legitimá-lo, os governos neoliberais transformaram materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, fazendo com que esta configuração de estado se apresentasse como única alternativa possível.

*Desde muito cedo, os intelectuais neoliberais reconheceram que a construção desse novo senso comum era um dos desafios prioritários para garantir o êxito na construção de uma ordem social regulada pelos princípios do livre-mercado e sem a interferência sempre perniciosa da intervenção estatal (GENTILI, 1996, p.2).*

GENTILI (1996) demonstra que os neoliberalistas, ao criticar o Estado de Bem-Estar social, constroem um *senso comum* que garante os interesses do livre-mercado, a concorrência e o consumo. Portanto, a construção de uma ideologia que regularizasse um consenso social, se apresentava como desafio primordial desse modelo econômico.

Segundo PERES e CASTANHA (2006), HAYEK (1976), em sua obra intitulada *The Road to Serfdom* (O Caminho da Servidão), não disfarça a pretensão de defender o capitalismo liberal. Ele declara que “urge reaprendermos a encarar o fato de que a liberdade tem o seu preço e de que, como indivíduos, devemos estar prontos a fazer grandes sacrifícios materiais a

fim de conservá-la” (HAYEK, 1976, p. 133 apud PERES e CASTANHA, 2006, p. 235). Esse autor infere que na obra de HAYEK (1976), o que não se mostra, é o sacrifício constantemente do trabalhador, sendo sempre explorado.

GENTILI (1996) aponta que para HAYEK (1976), “toda forma de intervenção estatal constitui um sério risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes totalitários” (GENTILI, 1996, p.2). Ele determina como regimes totalitários, a Alemanha nazista e a União Soviética comunista e, dessa forma, deixa claro, as consequências que derivam de uma política estruturada na intervenção estatal.

Esse modelo econômico não se restringiu apenas aos seus países de origem, pelo contrario, o neoliberalismo fez do Brasil e da América Latina um verdadeiro laboratório de experimentação. Segundo GENTILI (1996),

*algumas experiências transcenderam as fronteiras como modelos exitosos capazes de iluminar o caminho de uma verdadeira e profunda reforma econômica, a partir da qual garantem a estabilidade monetária e política, e uma suposta governabilidade democrática (GENTILI, 1996, p. 3-4).*

Esta estabilidade monetária e política garantiram aos países centrais a manutenção da economia de mercado e o gerenciamento dos países periféricos com o discurso de governabilidade democrática, que assume tal viés para legitimar o ideal neoliberal. Com a intencionalidade de se formar um novo senso comum, a Escola e o Ensino se moldam para legitimar a construção desse conhecimento, a fim de instaurar o que ROCHA (2010) chama de *nova ordem cultural*, essa “mudança cultural almejada pelos neoliberais é a que objetiva instaurar um consenso e uma legitimidade em torno de valores que são próprios ao mercado, à competitividade e ao lucro” (ROCHA, 2010, p.25).

Para isso, o ensino passa a transpor ao aluno, valores próprios ao mercado, que incentivam a competitividade e o lucro, fazendo com que o indivíduo busque sua ascensão social e seja incentivado a desenvolver suas habilidades.

A fim de construir um constructo neoliberal, esse modelo, resgata concepções do antigo liberalismo e formam ideais que partem da consciência, do pensamento do indivíduo para a lógica do livre-mercado, e se molda como sutil, sensato, inato à sociedade atual. Para o neoliberalismo se perpetuar no Brasil e nos Países da América Latina dessa forma, as garantias oferecidas anteriormente pelo Estado de Bem-Estar Social são repudiadas. Apresenta-se ao mundo um diagnóstico de que

*atualmente, inclusive nos países mais pobres, não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes (GENTILI, 1996, p.5).*

Segundo GENTILI (1996), o modelo neoliberal infere que o sucateamento da educação é consequência da má gestão econômica do Estado e dos investimentos públicos. Ao mesmo tempo, em que ao promove a qualidade total do ensino, por meio da requalificação dos professores e das transformações nas práticas pedagógicas. O autor apresenta que há o interesse de moldar uma nova forma de ensinar e estruturar a escola, a fim de inculcar na consciência social a flexibilidade do mercado.

## 2. O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

A estratégia neoliberal da década de 1990 e sua correlação com a educação era impulsionar o poder da iniciativa privada por meio do consenso ideológico. Para isso, “promoveu uma regressão da esfera pública, na medida em que aborda a escola no âmbito do mercado, [...] e esvazia o conteúdo político da cidadania substituindo-os pelo direito do consumidor” (PERES e CASTANHA, 2006, p. 236).

É dessa forma que “o neoliberalismo se transformava em uma verdadeira alternativa de poder no interior das principais potências do mundo capitalista” (GENTILI, 1996, p. 3) no qual é constituído por uma série de reformas ideológicas e que expressam a difusão de um novo senso comum que fornece sentido, coerência e regularizam as reformas impulsionadas pelos blocos dominantes e/ou econômicos.

Os planos de ajustes, com a finalidade de legitimar a consciência universal, se inserem no âmbito escolar, impulsionados por arrojados programas de controle do Estado neoliberal. Um exemplo é o *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*, que o governo brasileiro adotou como medida para facilitar e promover a difusão do livro didático.

KANASHIRO (2008) salienta os interesses do Estado ao incentivar este programa, com o Decreto nº 91.542, de 19/05/85. A partir deste,

*A classificação de livros e coleções sofreu modificações no decorrer dos PNLD's. [...] No PNLD de 1998, surgiu a menção recomendado com distinção, além do sinal gráfico representado por estrelas, para facilitar a rápida visualização no Guia da categoria de cada livro e identificar as mais qualificadas (recomendado com distinção: 3 estrelas; recomendado: 2 estrelas; recomendado com ressalvas: 1 estrela). No PNLD de 2000/2001, 2002 e 2004, as menções ficaram assim:*

*recomendado com distinção (RD), recomendado (R), recomendado com ressalvas (RR), e excluído. [...] No PNLD 2005, a nomenclatura até então utilizada foi simplificada para recomendado (aprovado) ou não recomendado (não aprovado) (KANASHIRO, 2008, p.59).*

Segundo a autora, o que o Estado determina como satisfatório ou não para as escolas públicas, demonstra o controle, mais ríspido a cada ano, sobre o livro didático. A estratégia de manter o Estado sobre esse controle, não deslegitima os interesses neoliberais para o ensino, porque tanto na esfera pública como na esfera privada, os ideais de livre-mercado, concorrência e lucro são incitados.

Para isso, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são utilizados pelo Estado Brasileiro para controlar e avaliar o conteúdo dos livros. Segundo ROCHA (2010),

*a implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como de Parâmetros Curriculares também nacionais, derivam das agendas acordadas pelo governo brasileiro junto a organismos internacionais, através dos quais o Estado compromete-se a promover um novo ordenamento para o conhecimento que se quer produzido/ensinado nas escolas (ROCHA, 2010, p. 15).*

Inferimos na citação desse autor, que os interesses neoliberais, de fato, não estão desassociados do Estado, porque ao que condiz a formulação dos parâmetros e diretrizes, percebe-se que são elaborados juntamente com organismos internacionais ordenando um novo senso comum do que será ensinado nas escolas.

Aparentemente, parece que essas medidas foram tomadas únicas e exclusivamente para beneficiar o poder do Estado em detrimento dos blocos de poder, mas pelo contrário, a imposição do neoliberalismo no Brasil e na



América Latina, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, propõe reorganizar a internacionalização da economia através do desenvolvimento de habilidades básicas como leitura e aritmética.

Com isso, compreende-se que os planos de ajustes e programas educacionais do Estado são o apoio para o desenvolvimento do setor privado no Brasil. Esses são intencionalmente elaborados para naturalizar o conhecimento produzido nas escolas.

Entretanto, o senso comum, não se legitima, a partir de um aval coeso e concomitante dos países Latino Americano, pelo contrário, a estrutura de um sistema financeiro global de empréstimos condicionados pelos investimentos privados deve atender a um plano de desenvolvimento econômico. LEHER (1999) aponta que

*A crise da dívida de 1982 tornara os países latino-americanos extremamente dependentes do aval do FMI e do Banco Mundial, uma condição necessária para a renegociação com os investidores privados. A condicionalidade do Banco [...] consiste em liberar o mecanismo de mercado e fortalecer o seu papel no desenvolvimento econômico. O crescimento (e não mais o desenvolvimento) econômico seria o principal meio pelo qual a pobreza seria aliviada (LEHER, 1999, p.23-24).*

Nessa configuração, dependente de financiadores internacionais e dos investidores privados, o neoliberalismo objetiva liberar mecanismos de mercado e fortalecer o desenvolvimento econômico, expandindo suas ideias para os países latino-americanos por meio de programas de financiamento. No campo educacional, as instituições devem ser pensadas e avaliadas (isto é, devem ser julgados seus resultados), como se fossem empresas produtivas. Segundo GENTILI (1996), o neoliberalismo

*produz um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo) e, conseqüentemente, suas práticas devem estar submetidas aos mesmos critérios de avaliação que se aplicam em toda empresa dinâmica, eficiente e flexível (GENTILI, 1996, p.8).*

Nesse sentido, o discurso neoliberal embutido no livro didático se dá no Brasil a partir do controle do Estado, a fim de satisfazer demandas da política externa permeada por financiadores da política internacional como, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e BIRD. Dessa maneira, há necessidade da emergência de uma reformulação da geografia, seguida pelo professor em sala de aula e no livro didático, procurando contemplar os principais avanços no interior desta disciplina.

ROCHA (2010) explica que “é clara a intenção do Estado em oficializar uma geografia de fundamentação fenomenológica e construtivista na sala de aula” (ROCHA, 2010, p.23). Isso ocorre, pelo interesse do modelo neoliberal de se apropriar de uma aprendizagem individualizante, onde cada sujeito concebe seu empirismo lógico a partir da sua consciência resultante de sua percepção e das suas próprias experiências.

O ensino de geografia se faz legítimo, ao oferecer instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Segundo ROCHA (2010),

*Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirimos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidades que estabelecemos com ele (BRASIL, 1997b, p. 99 apud ROCHA, 2010, p. 16).*

O fragmento citado reafirma a posição do ensino de geografia na formação de um constructo neoliberal. Deseja-se aproximar o aluno de uma

consciência que o faz reconhecer como parte do seu espaço, das singularidades dos lugares, ao diferenciar as sociedades. Entretanto, ao mesmo tempo, fundamenta-se uma *nova ordem cultural*, que a partir da consciência do indivíduo, molda o ensino de geografia satisfazendo os interesses do livre-mercado.

### 3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E A ANÁLISE DO LIVRO

O material analisado corresponde a uma coleção de sexto (6º) e sétimo (7º) anos do ensino fundamental, utilizado pelas escolas de Seropédica/RJ. Segundo indicações na sua capa, o **Projeto Araribá** é produzido, organizado e elaborado pelos autores da própria editora cuja obra é coletiva. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) vigente, compreende os anos de 2011 a 2013.

Isso se dá, porque O Programa Nacional do Livro Didático (PLND) é “executado em ciclos trienais alternados, isto é, a cada ano o Ministério da Educação (MEC) adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento” (Portal do MEC, 2013). Os livros distribuídos deverão ser “conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes” (*Id*).

Primeiramente, será analisado o material didático corresponde ao sexto (6º) ano do ensino fundamental seguindo uma orientação metodológica baseada na análise de conteúdo temático-categorial segundo BARDIN (1977). Realizou-se uma pré-análise que consistiu em definir o material que seria utilizado para a pesquisa, em seguida, a obra passou por uma *Leitura Flutuante* (BARDIN, 1977, 96) que conduziu a identificação do neoliberalismo nos conceitos dos livros e a criação de categorias de análise.

Posteriormente, a exploração do material didático inferiu sobre o registro do constructo neoliberal na definição dos conceitos-chaves da geografia. Recortaram-se as definições que apresentavam esse constructo para, em seguida, descrevê-los na pesquisa.

Foram categorizados os conceitos de paisagem, lugar e espaço geográfico e correlacionados com a obra de ROCHA (2010), que pressupõem uma análise neoliberal no tocante aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). O mesmo será feito com o conceito de trabalho explanado em uma segunda categoria.

A finalidade da abordagem desses conceitos é demonstrar que reafirmam ideais neoliberais, e se moldam, como uma consciência inerente à sociedade contemporânea, se perpetuando por meio do ensino de geografia. Em alguns momentos, será necessários descrever exatamente como os conceitos são apresentados nos livros didáticos e correlacioná-los a autores da geografia como SANTOS (2006) e HAESBAERT E GONÇALVES (2005).

Os mesmos processos serão repetidos com o livro didático de sétimo (7º) ano, apresentando os conceitos de território e regionalização, salientando como os interesses neoliberais se fazem presentes. Perceberemos que o constructo neoliberal não se mostra claramente por meio das definições, pelo contrário, ele é omissos, porque sua finalidade é se apresentar como “natural”, intrínseco a vida social.

Os capítulos anteriores dessa monografia não estão desassociados dessa análise. Antes de partirmos para o conteúdo dos livros didáticos, fizemos uma análise bibliográfica em obras como a de GENTILI (1996), LIMA (2007), PERES E CASTANHA (2006) e ROCHA (2010), que discutem o neoliberalismo e o ensino.

Como finalidade dessa pesquisa e embasados pela inferência e a interpretação dos resultados, foram sistematizados em um quadro, como os conceitos trabalhados perpassam os ideais de neoliberalismo.



Figura 1. A figura a esquerda apresenta o livro de 6ºano com a Escultura Maori enquanto ao lado direito observamos a imagem do faraó egípcio denominado Ramsés II.

Primeiramente, ao iniciarmos a análise, verificou-se que a capa dos livros (figura 1) não apresenta claramente ao aluno como o conteúdo será disposto, no entanto, sua intenção é velada. O Livro de geografia do sexto (6º) ano do ensino fundamental corresponde a Escultura Maori, Rotorua em Nova Zelândia, enquanto que o livro didático de sétimo (7º) ano destaca a imagem do faraó egípcio da XIX dinastia denominado Ramsés II.

Avaliou-se que as capas não representam aparentemente como o conteúdo será trabalhado, contudo, os conceitos apresentados ao longo da obra, estão inseridos no significado das esculturas, por exemplo, a palavra *Maori*, originalmente significa local ou quem nasceu no lugar, dessa forma, o conteúdo do livro perpassará as definições de paisagem, espaço geográfico, lugar e trabalho.

A escultura contida no livro de sétimo (7º) ano correspondente ao Faraó Ramsés II, sua dinastia compunha o Império Novo mais prestigioso da história

egípcia tanto no aspecto econômico, administrativo, cultural, militar como também se estabeleceu como um dos mais longos. Nesse sentido, o conteúdo perpassará os conceitos de território e regionalização.

Unidade	Tema	Conteúdo	Página
UNIDADE 1	<b>A GEOGRAFIA E A COMPREENSÃO DO MUNDO</b> 10		
	TEMA 1	Paisagem, espaço e lugar	12
		A paisagem, 12   O espaço geográfico, 18   O lugar, 19	
	TEMA 2	O trabalho e a transformação do espaço geográfico	20
		O trabalho humano, 20   As relações entre trabalho e paisagem, 22	
		Atividades: Temas 1 e 2	24
		Lugares interessantes: O Parque Nacional das Pântanas do Rio Pantanal, 25	
	TEMA 3	Orientação no espaço geográfico	26
		A orientação, 26   A orientação pelo Sol, 27   A orientação pela Lua, 27   A orientação pela bússola, 28   Os modernos instrumentos de orientação, 28	
		Saiba mais: A invenção do GPS, 29	
	TEMA 4	Localização no espaço geográfico	30
		Os paralelos e os meridianos, 30   A latitude e a longitude, 31	
	Atividades: Temas 1, 3 e 4	32	
	Representações gráficas: Representações do espaço geográfico	34	
	Compreender um texto: Um espaço de fantasia	36	
UNIDADE 2	<b>O PLANETA TERRA</b> 38		
	TEMA 1	Apresentando o planeta Terra	40
		A Terra: características gerais, 40   Os movimentos da Terra, 42   Os fusos horários, 44   Os fusos horários no Brasil, 45	
	TEMA 2	A origem da Terra	46
		O tempo geológico, 46   A Terra por dentro e por fora, 48	
		Atividades: Temas 1 e 2	50
		Lugares interessantes: Caverna Krubera: as profundezas da Terra, 51	
	TEMA 3	Como se formaram os continentes da Terra	52
		A deriva continental, 52	
	TEMA 4	A Terra em movimento: as placas tectônicas	54
		A teoria das placas tectônicas, 54   A formação das montanhas e a expansão dos oceanos, 55   Os vulcões, 56   Os terremotos, 57	
		Atividades: Temas 1, 3 e 4	58
	Representações gráficas: Representação do tempo geológico	60	
	Compreender um texto: Habitantes da Pré-História do Brasil	62	
UNIDADE 1	<b>O TERRITÓRIO BRASILEIRO</b> 60		
	TEMA 1	Localização do território brasileiro	62
		Extensão do território, 62   Onde está o Brasil, 62   Extensão latitudinal e longitudinal, 64   As latitudes e as paisagens, 65   As longitudes e os fusos, 65	
	TEMA 2	Formação do território brasileiro	66
		A chegada dos portugueses à América, 66   Os limites territoriais, 64   Provar no pratinho, 67   Expansão territorial, 67	
		Atividades: Temas 1 e 2	70
		Saiba mais: Limite e fronteira, 71	
	TEMA 3	Regionalização do território brasileiro	72
		O que é regionalizar, 72   Por que regionalizar, 73	
	TEMA 4	Brasil: regiões e políticas regionais	74
		Regionalização oficial, 74   Os complexos regionais, 76   Políticas regionais no Brasil, 79	
		Atividades: Temas 3 e 4	80
	Representações gráficas: Fusos horários	82	
	Compreender um texto: Proconritos regionais	84	
UNIDADE 2	<b>A POPULAÇÃO BRASILEIRA</b> 86		
	TEMA 1	Brasil: aspectos demográficos	88
		Um país populoso, mas pouco povoado, 88   A distribuição da população, 89   O crescimento da população, 40   A pirâmide etária brasileira, 41	
	TEMA 2	A formação da população brasileira	42
		Um país marcado pela diversidade, 42   O mito da democracia racial, 45	
		Atividades: Temas 1 e 2	46
		Saiba mais: A capoeira, 47	
	TEMA 3	Os movimentos migratórios	48
		O que é migração, 48   Migrações externas e internas, 49	
	TEMA 4	A população e o trabalho no Brasil	52
		População Economicamente Ativa (PEA), 52   O desemprego e seus fatores, 53   A economia informal, 54   O trabalho infantil no Brasil, 54	
		Atividades: Temas 1, 3 e 4	56
	Representações gráficas: Gráficos de barras e círculos proporcionais	58	
	Compreender um texto: O Brasil mulher	60	

Figura 2. A imagem a esquerda apresenta o sumário do livro de 6º ano enquanto ao lado direito observamos as primeiras unidades do livro de 7º ano.

Ao analisar os sumários (figura 2), verifico-se que apresentam conteúdos distintos, mas que, se estruturam de formas semelhantes. Os livros se dividem em oito unidades que se subdividem em quatro temas cada. As duas primeiras unidades agrupam os conceitos chaves perpassando os próximos capítulos. Dessa forma, apresentam-se os conceitos de paisagem, espaço geográfico, lugar e trabalho ao que corresponde ao livro de 6º ano e território e regionalização que corresponde ao livro de 7º ano.

Ao analisar os livros didáticos como um todo, percebemos o esforço do autor em correlacionar os conteúdos. Entretanto, verificou-se um rompimento entre as unidades. Não há apontamentos como “Como vimos no capítulo

anterior”, que resgatem o conteúdo antecedente, isso dificulta ao aluno correlacionar o conteúdo.

Os próximos tópicos apresentarão os conceitos-chave proposto nos livros didáticos e os correlacionará com concepções do neoliberalismo, e por vezes, do liberalismo. Esse último é salientado porque, como já inferido anteriormente, é restabelecido pelo ideal neoliberal.

### **3.1. O Neoliberalismo nos conceitos de Paisagem, lugar e Espaço Geográfico**

Fundamentado na primeira unidade do livro de sexto (6º) ano denominada *A Geografia e a Compreensão do Mundo*, o livro didático descreve que “as paisagem são produzidas e modificadas, ao longo do tempo, pelos seres humanos e pela natureza” (DANELLI, 2007, p.10) demonstra-se que a paisagem “não é apenas um belo panorama natural, ela é um conjunto de elementos naturais e culturais que podem ser vistos num local” (*Id*, p.12).

Ao longo da unidade, o conceito de paisagem se subdivide em natural e cultural. A primeira abarca os elementos da natureza como formas de relevo, hidrografia, vegetação, etc, cita-se que “a intervenção humana é pequena ou inexistente” (DANELLI, 2007, p.13), a segunda compreende “que são resultantes da transformação da natureza pelo trabalho” (*Id*, p.13). Por conseguinte apresentam a paisagem como transformadas, que são aquelas modificadas pela ação humana, e as paisagens preservadas, que são resultado das unidades de preservação ambiental.

Segundo SUERTEGARAY (2001), TROLL (1950) entende a paisagem para além da forma,

*Tal conjunto apresentava-se sob dupla possibilidade de análise: a da forma (configuração) e da funcionalidade (interação de geofatores incluindo a economia e a cultura humana). Para ele, paisagem é algo*



*além do visível, é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. [...] Esta análise, em sua visão, poderia ser de ordem exclusivamente natural (paisagens naturais) ou de ordem humana (paisagens culturais) (SUERTEGARAY, 2001, p.4).*

O livro produz uma concepção, a partir das paisagens presentes no cotidiano do aluno, a diferenciar “a paisagem do centro de algumas metrópoles, que caracteriza pela grande quantidade de comércio e de pessoas circulando nas ruas” (DANELLI, 2007, p. 23) e a paisagem “nas áreas agrícolas que pode ser marcada pela presença de máquinas ou de pessoas trabalhando na lavoura” (*Id*, p. 23).

Nesse aspecto, podemos inferir a concepção de paisagem como um sistema de objetos constituintes do espaço, com isso, SANTOS (2006) propõe que

*A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza, enquanto que o espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2006, p. 66).*

Nesse sentido a paisagem assume uma construção *transtemporal* porque se une objetos do passado e do presente. Segundo ROCHA (2010) sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)

*(...) quando se fala de paisagem de uma cidade, dela fazem parte seu relevo, a orientação dos rios e córregos da região, sobre os quais se implantam suas vias expressas, o conjunto de construções humanas, a distribuição da população que nela vive, o registro das tensões, sucessos e fracassos da história dos indivíduos e grupos que nela se encontram. É nela que estão expressas as marcas da história de uma sociedade, fazendo assim da paisagem uma soma de tempos desiguais, uma combinação de espaços geográficos (BRASIL, 1997b, p.112 apud ROCHA, 2010, p. 18).*

Dessa maneira, percebe-se que o conceito de paisagem formulado por TROLL (1950), segundo SUERTEGARAY (2001), e SANTOS (2006) se complementam. Como um conjunto das interações homem-meio, que exprimem heranças que são representadas por sucessivas relações, assumindo um viés *transtemporal*. O objetivo dessas concepções é permitir que o aluno identifique e saiba relacionar aquilo que a paisagem representa como suas heranças sucessivas e suas relações no tempo, a partir da construção de uma consciência individual do aluno.

Por conseguinte, o livro continua por definir o espaço geográfico como “um conjunto integrado de paisagens resultantes de fenômenos naturais e da ação humana.” (DANELLI, 2007, p. 18) Assim, torna a abordagem do espaço geográfico como categoria secundária para a geografia. O que os autores do livro didático propõem é que o espaço, em decorrência de seu caráter abstrato, “deixa de ser referência central dos estudos, sendo substituído pelo espaço vivido, constructo social, resultante da percepção das experiências do indivíduo” (ROCHA, 2010, p.23).

Ao contrário do que é proposto no livro didático, SANTOS (2006), entende o espaço geográfico como categoria central para a geografia. Ou seja, como "um sistema de objetos e um sistema de ações" que:

*é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p.39).*

Observa-se na concepção desse autor um espaço geográfico economicamente produzido, com a natureza funcionando como uma máquina para suprir as necessidades humanas. Ele dita:

*Quanto à nós, preferimos partir da noção de espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações. Nossa busca é a das categorias analíticas simples que dêem conta da inseparabilidade do funcional e do territorial (SANTOS, 1997, 2006, p.191).*

Sua concepção infere que o espaço, como um sistema de objetos e ações está sendo substituído por objetos fabricados, cibernéticos, tratando a natureza atualmente como artificial e mecanizada. Portanto, não existiriam espaços geográficos que não foram transformados pela ação humana.

O livro didático, não objetivou propor o espaço como categoria central da geografia semelhante a SANTOS (2006), porque, ao contrário, formulou o espaço geográfico, a partir do espaço vivido, concebido pelos sujeitos.

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), segundo ROCHA (2010), propõem que "o professor trabalhe as dimensões subjetivas do espaço geográfico e as representações simbólicas que o aluno fazem dele" (BRASIL, 1998a, p.61 apud ROCHA, 2010, p.24).

Isso ocorre, porque o modelo neoliberal se apropria de uma geografia fenomenológica que "caracteriza o poder do sujeito sobre a natureza, dando origem a mesma" (CORREIA, 2006, p.71), a fim de perpetuar um constructo fundamentado na percepção do indivíduo que modifica sua paisagem, seu espaço geográfico, ou seja, onde cada indivíduo é transformador do seu cotidiano. Ao mesmo tempo, deslegitima do imaginário social o espaço produzido pela luta de classes, pelas desigualdades sociais e econômicas.

O conceito de lugar é definido como “parte do espaço onde vivemos, em interação com a paisagem, ou seja, numa relação que influenciemos a paisagem e estabelecemos vínculos” (DANELLI, 2007, p.19). O conteúdo não concebe o lugar como uma categoria do espaço, mas como uma relação entre homem-meio com o espaço vivido.

Ao contrário, SANTOS (2006) propõem que o lugar constituiria a dimensão da existência da vida e é formado por um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições.

*No lugar [...] cooperação e conflito são à base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza. [...] O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).*

Para ele, o lugar é à base da vida comum, porque é formado de cooperações e conflitos, é a fragmentação do espaço responsável pela ação da vida, da espontaneidade e da criatividade. A política se territorializa, a vida social se individualiza, cada homem tem uma concepção de lugar porque ele é a referência pragmática do mundo. Nesse sentido, ao contrário do livro, esse autor não concebe o espaço geográfico e o lugar como o Espaço Vivido, individualizado.

ROCHA (2010) cita que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) juntamente com a geografia escolar, procuram atualmente contemplar os principais avanços que ocorreram no interior da disciplina.

*no processo de construção das representações de imagens do mundo e do espaço geográfico, um fator de forte influência são as percepções*

*que os indivíduos, grupos ou sociedades têm dos lugares nos quais se encontram e as relações singulares que com eles estabelecem (ROCHA, 2010, p. 18).*

Assim, os conceitos de paisagem, espaço geográfico e lugar zelam por uma geografia da percepção, da consciência individualizada dos sujeitos. Apresenta a paisagem como categoria central, e não incentivam ao aluno formular suas próprias definições.

Dessa forma, o constructo neoliberal se apropria de uma geografia escolar que “contribui para a formação de cidadãos que só devem se enxergar como indivíduos (as), nunca como classe” (ROCHA, 2010, p. 25), ou seja, a construção do imaginário neoliberal se dá por meio desses conceitos ao “adotar uma visão de sociedade resultante da união de indivíduos, banindo de sala de aula a ideia de sociedade como união de classe social em luta” (ROCHA, 2010, p. 25).

Ao propor isso, o ensino de geografia, a fim de fundamentar o constructo neoliberal, oferece ao aluno a concepção de espaço a partir da paisagem, do espaço vivido, percebido pelo indivíduo, apropriando-se de uma geografia fenomenologia que não cumpre a função de desenvolver as capacidades mentais do aluno, pelo contrário, legitima uma consciência única e isolada dos sujeitos.

### **3.2. A Concepção de Trabalho no Livro Didático**

Este tema, intitulado o *Trabalho Humano E As Transformações Do Espaço Geográfico*, permeia a primeira unidade do sexto (6º) ano. Define-se que é a partir do trabalho que os seres humanos “garantem a satisfação das necessidades básicas, produzindo vários tipos de produtos, para obter a ascensão social” (DANELLI, 2007, p.21). Continua narrando que “para cada tipo de atividade exercida pelo homem há diferentes rendimentos. [...] Essas

diferenças de rendimentos e de poder aquisitivo são um dos fatores geradores das diferentes paisagens” (*Id*, p. 22).

Nesta concepção, o livro inicialmente constrói as concepções dos conceitos de paisagem, lugar e espaço geográfico, a partir da apreensão de uma consciência individual, isolando o espaço vivido de cada aluno. Em seguida, insere o conceito de trabalho como meio para satisfazer as necessidades básicas e obter ascensão social.

Essa consciência formulada pelo estado liberal e resgatada pelo neoliberalismo, como já citado, gera princípios de competitividade e lucro.

*a expressão no plano da realidade social em geral, dos processos de produção e da organização do trabalho [...] são, categorias básicas as noções de qualificação e requalificação da força de trabalho, subjetividade, coação e consentimento, esses elementos que perpassam as atividades de formação do cidadão/trabalhador no interior dos sistemas, instituições e práticas educativas, e consubstanciadas nas dimensões econômica, política e ideológica (PICANÇO, 1995, p.89).*

No fragmento, o autor reafirma o conceito do livro, ao concluir que o principal meio para se formar a produção e organização do trabalho é através da expressão da realidade social exprimindo noções básicas de qualificação, requalificação, coação e consentimento.

Isso só se perpetuará por meio da construção de um senso comum, de uma ordem cultural, de um constructo neoliberal. Dessa forma, percebemos, com mais veracidade, que os conceitos no livro didático, não são propostos e organizados de forma inocente, pelo contrário, há um propósito de difundir o conceito de trabalho como “natural”, em conformidade com a vida cotidiana.

A construção de uma consciência individual, reafirmado pela primeira categoria analisada, juntamente com o conceito de trabalho, deslegitima a concepção de classe e autentica ao aluno sentimentos de consentimento e alienação. Isso se dá, porque o constructo neoliberal sanciona sobre o ensino de geografia a formulação de uma consciência que visa o mérito inerente ao indivíduo. Esse, ao buscar constantemente suas necessidades básicas, por meio, do trabalho, e estimulado a desenvolver ao máximo suas habilidades, seu talento<sup>2</sup>. Com isso, o constructo neoliberal justifica a permanência de uma sociedade com cidadãos consumidores em competição.

### **3.3. Os Conceitos De Território E Regionalização**

O livro didático de geografia concebe os conceitos de território e regionalização na primeira unidade do livro do sétimo (7º) ano do fundamental. Ao que tange o primeiro conceito,

*Quando observamos o território brasileiro em um mapa, temos a impressão de que ele sempre apresentou o mesmo desenho, os mesmos contornos, como se fosse algo produzido pela natureza. Devemos ter em mente, no entanto, que tais contornos foram criados pelo homem, ou seja, estabelecidos pela sociedade (DANELLI, 2007, p.10).*

O conceito de território apresenta-se fincado nos limites territoriais que constituíram essa formação a partir do estabelecimento das sociedades. Nesse sentido, o livro continua citando que “atualmente há no território brasileiro aproximadamente 370 mil indígenas, divididos em 220 diferentes povos” (DANELLI, 2007, p.16) concebendo a formulação de múltiplas identidades coexistem. O conteúdo prossegue alicerçado na formação sócio-espacial brasileira, compreendendo o território, a partir da chegada dos portugueses à

---

<sup>2</sup> O conteúdo abordado está no tópico 1.3 desta monografia.

América onde os limites territoriais começam a ser definidos com o *Tratado de Tordesilhas*. O livro cita que

*Para garantir o poder sobre as terras ocupadas e protegê-la de outros conquistadores, como franceses e holandeses, além dos próprios espanhóis em 1532 a coroa portuguesa organizou o território dividindo-o em capitânicas hereditárias (DANELLI, 2010, p.17).*

Nesse fragmento, há conformidade do livro didático em descrever a divisão do território brasileiro não salientando os conflitos. Nesse sentido, a ocupação da coroa portuguesa é compreendida juntamente com os que organizaram o território nacional. Percebe-se que ao invés da construção de uma criticidade, o que ocorre é a exaltação da ocupação portuguesa, desenvolvendo uma exaltação do que “vem de fora”, do país externo.

ROCHA (1996) questiona o fato de a historiografia ter veiculado a inserção da geografia escolar no currículo brasileiro com a finalidade de se construir um nacionalismo patriótico.

*Acreditamos ser bastante questionável tal afirmação, sobretudo por termos identificado a “importação” quase que integral da geografia escolar francesa para o Brasil. Nas primeiras décadas da história desta disciplina no Brasil, estudávamos não só a geografia prescrita para a França, como o fazíamos através do vernáculo francês, o que nos parece muito estranho para uma aprendizagem que deveria, segundo afirmam, contribuir, desde sua implementação em nossos currículos, com a construção da pátria brasileira (ROCHA, 1996., p. 6).*

Segundo o autor, já que a geografia surgiu da importação quase integral da escolar francesa, devemos repensar se esta objetivou a construção de um nacionalismo patriótico, com isso, infere-se que, ao contrário da construção de um território nacional, o conteúdo zela por exaltar territorialidades externas.



Cita-se que “a exploração econômica do território teve grande importância para a ocupação realizada pelos colonizadores” (DANELLI, 2010, p.18). Abordando a exploração do pau-brasil e a ocupação concentrada no litoral no século XVI. A pecuária, que levou o povoamento, a partir do século XVII em direção ao interior do território em busca pelas drogas do sertão. O domínio de terras a oeste favorecida no século XVIII pela exploração do ouro e a expansão da pecuária, e por fim, a ocupação da Amazônia se deu principalmente pela produção da borracha no século XIX.

Neste aspecto, o conceito de território abordado no livro didático não oferece uma ocupação a partir dos conflitos gerados para sua ocupação, mas ao contrário aborda uma concepção exclusivamente econômica. ROCHA (2010) cita que a categoria território inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) deve apresentar aos alunos

*que os limites territoriais são variáveis e dependem do fenômeno geográfico considerado. (...) exige que se reconheça que a pesar de uma convivência comum, múltiplas identidades coexistem e, por vezes, influenciam reciprocamente, definindo e redefinindo aquilo que poderia ser chamado de uma identidade nacional (ROCHA, 2010, p. 18).*

Essa construção da conformidade de dominação do território nacional reconhece que múltiplas identidades coexistem e reafirma o objetivo de livre mercado redefinindo uma identidade nacional. Por tanto, a finalidade do livro é tratar a ocupação do território brasileiro, a partir de uma abordagem sócio-espacial exclusivamente econômica.

O neoliberalismo faz crer “que acabou a história, pois numa sociedade de conhecimento, este tem a capacidade de eliminar as diferenças e as desigualdades, pondo fim, portanto, aos conflitos” (ROCHA, 2010, p. 25).

Sendo assim, o conceito a partir de uma consciência neoliberal

econômica, fincada na lógica de mercado, promove uma exaltação de territorialidades.

Os autores do livro didático continuam abordando o conceito de regionalização, ditando que esta foi necessária para “descentralizar a administração e, assim, planejar melhor as ações governamentais, ela é usada para coletar dados e realizar estudos em determinado território” (DANELLI, 2007, p.23).

Nesse sentido, reafirma-se a eliminação dos conflitos ao afirmar a regionalização com necessária para o planejamento de ações e deslegitimando a luta pela conquista de novos territórios, para HAESBAERT e GONÇALVES (2005),

*O Estado Territorial Moderno afirma a hegemonia moderna dos gestores territorialistas e da burguesia enquanto nega outras territorialidades, como camponesa, a indígena e a de afrodescendentes. [...] Reprimido no interior do Estados nacionais, eles se tornam visíveis quando protagonizam novas relações sociais na articulação entre o nível local e seus territórios tradicionais e a escala mundial (HAESBAERT E GONÇALVES, 2005, p.133).*

Tomamos como exemplo a cultura dos povos indígenas, HAESBAERT E GONÇALVES (2005) afirmam que as contraculturas não se fazem presentes em escala mundial, pelo contrário, elas são reprimidas no interior de estado nacional, e só são percebidas, quando protagonizam novas relações sociais. Por isso, o conceito de regionalização é proposto como necessário para planejar ações governamentais. Objetiva-se construir uma conformidade, ao ignorar que os limites das regiões e territórios não delimitam as múltiplas culturas e povos. Ao Ignorar a dominação a partir dos conflitos, formula-se uma *nova ordem cultural* coesa quanto ao significado de planejamento das ações governamentais.

Esse constructo reafirma o neoliberalismo ao omitir os conflitos e facilitar a ocupação de empresas transnacionais, principalmente, em países da América Latina, onde esse ideal é mais difundido. Assim, o Estado Moderno se forma como gestor das territorialidades para difundir um consenso em torno de valores de livre-mercado, reprimindo em seu interior contraculturas que não satisfazem essa ordem.

## 4. TRATAMENTO DOS RESULTADOS

*“O livro didático tornou-se a bíblia dos professores”<sup>3</sup>*

*Ariovaldo U. de Oliveira*

Muitas vezes, o livro didático é a única fonte bibliográfica que o professor utiliza para preparar suas aulas, se não o for, é o principal meio de investigação do aluno. Portanto, o que OLIVEIRA (1989)<sup>3</sup> aponta ainda é uma realidade. Sua colocação reafirma a nossa inquietação com o conteúdo que perpassa os livros didáticos.

A análise desenvolvida não objetivou inferir se o constructo de um ideal neoliberal é bom ou ruim para a sociedade contemporânea atual. O que buscamos demonstrar é que o livro didático não oferece ao aluno um conteúdo isento de intencionalidades. Devido a este objetivo não construímos, ao longo desta monografia, nenhum tipo de interferência ou crítica ao conteúdo dos livros de ensino fundamental, simplesmente apresentamos e interpretamos o que nos foi apresentado.

Nos estudos realizados, construímos um quadro para demonstrar como o constructo social neoliberal permeia os conceitos-chave mencionados pelos livros didáticos de sexto (6º) e sétimo (7º) anos.

---

<sup>3</sup> Oliveira, Ariovaldo U. de. Educação e ensino da geografia na realidade brasileira: Para onde vai o ensino da geografia? São Paulo: Contexto, 1989, p. 137.

**Tabela 1.** Uma "Grade" de Conceitos e Finalidades Neoliberais

<b>Conceitos</b>	<b>Como apresentado no livro didático?</b>	<b>Como são concebidos?</b>	<b>Qual a finalidade para o constructo neoliberal?</b>
Paisagem	Natural e Cultural/ Urbana e Rural/ Preservadas e Transformadas.	Paisagem Transtemporal	Apropriação da geografia Fenomenológica/Constructo social de individualismo negando concepções de classe social em luta.
Espaço Geográfico	Paisagens resultantes de fenômenos naturais e da ação humana.	Espaço Vivido (Concebido pelo indivíduo)	
Lugar	Parte do espaço onde vivemos em interação com a paisagem.	Categoria do Espaço Vivido	
Trabalho	Obter a ascensão social/ Satisfazer necessidades básicas	Noções de qualificação, requalificação, consentimento e alienação.	Consenso de valores próprios ao mercado, como competitividade e lucro.
Território e Regionalização	Coroa Portuguesa como organizadora do território nacional/ Harmonia de diferentes povos.	Exaltação do internacional/ Território harmônico	Garante aos países centrais a manutenção da economia de mercado

Fonte: Parcialmente inspirada por HARVEY (2010).

De acordo com a Tabela 1, os conceitos de paisagem, espaço geográfico e lugar, concebem uma geografia fenomenológica moldada, a fim de satisfazer os interesses neoliberais. Assim, insere os sujeitos como transformador individual da natureza, que por meio, da percepção do espaço vivido, gera uma a consciência individualizante negando os ideais de classe social em luta.

O conceito de trabalho, advindo também do modelo liberal econômico, formula a consciência de que cada sujeito é responsável pela sua ascensão ou decesso social. Ou seja, nega as desigualdades sociais construídas ao longo do sistema capitalista reafirmando que o indivíduo que é responsável pela sua sorte. Segundo GENTILI (1996)

quando os neoliberais enfatizam que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, estão se referindo a uma questão muito específica: a urgência de que o sistema educacional se ajuste às demandas do mundo dos empregos. Isto não significa que a função social da educação seja garantir esses empregos e, menos ainda, criar fontes de trabalho (GENTILI, 1996, p. 8).

Por isso, o conceito de trabalho é apresentado com esse ideal de dever, de ascensão social, porque é a partir dessa consciência que irá se moldar futuramente a coação, a subordinação. Nesse sentido, se formará o consenso em torno de valores próprios ao mercado, como competitividade e lucro.

Os conceitos de território e regionalização são complementares, e zelam por negar os conflitos ao exaltar nacionalidades exteriores ao difundir uma ordem de consumo, infere-se como necessário o planejamento de ações governamentais. Essas concepções promovem um constructo neoliberal que garantem aos países centrais a expansão das suas empresas e mercado consumidor pelo mundo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta monografia fundamentou-se em duas inquietações: uma como as políticas neoliberais se produzem como natural e inata à sociedade contemporânea? E outra, de como essa consciência se perpetua no ensino de geografia por meio dos livros didáticos? Para respondê-las, tomamos como base o ensino de geografia, porque oferece ao ideal neoliberal instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social.

Foram então analisados os principais conceitos-chaves e percebeu-se a leveza do constructo neoliberal. Conclui-se que o conteúdo do livro didático formula uma visão social que resulta da consciência individual do aluno, banindo da sala de aula a ideia de sociedade como classe, por isso, faz-se necessário eliminar a concepção de conflitos.

Atualmente, a sociedade que se quer formada no modelo neoliberal é voltada para valores individualistas, que se utilizam do ensino de geografia para perpetuar esse constructo. E quanto mais cedo o aluno formular essa consciência mais naturalizada e inata à sociedade essas concepções se tornarão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, LAURENCE. **Análise de Conteúdo**, Lisboa, Edições 70, 1977.
- CORREIA, Marcos Antonio. Ponderações Reflexivas Sobre a contribuição da Fenomenologia à Geografia Cultural. **RA' EGA (UFPR)**. Curitiba, v.11, p.67-75, 2006. Editora UFPR.
- DANELLI, Sonia Cunha de Souza. **Projeto Araribá: Geografia 6ºAno**. 2. ed. São Paulo: moderna, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Araribá: Geografia 7ºAno**. 2. ed. São Paulo: moderna, 2007.
- FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 1838 p.
- FORIGO, Marlus Vinicius. Crise Do Estado De Bem-Estar Social E Neoliberalismo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 3, 2003.
- GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: Tomaz Tadeu da Silva e Pablo Gentili (org.). Escola S.A. Brasília: CNTE, 1996. Disponível em: <http://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013
- HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto-. **A nova desordem mundial**. 2ed. São Paulo: UNESP, 2005. (Coleção Paradidáticos).
- HARVEY, David. **Condição Pós Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 115-184.
- KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro Didático de Geografia: PNLD**, materialidade e uso na sala de aula. 2008. 183f. Dissertação (Pós-Graduação



em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro, São Paulo, n. 3, p. 19-30, out. 1999.

LIMA, Marcio Javan Camelo de. **Neoliberalismo e Educação**. Studia Diversa (CCAUE-UEPB), Paraíba, vol. 1, n. 1, p. 44-61, out. 2007. Disponível em: [http://www.ccae.ufpb.br/public/studia\\_arquivos/arquivos\\_01/marcio\\_javan\\_01.pdf](http://www.ccae.ufpb.br/public/studia_arquivos/arquivos_01/marcio_javan_01.pdf) Acesso em: 15 mar. 2013

Oliveira, Arioaldo U. de. **Educação e Ensino da Geografia na Realidade Brasileira**: Para onde vai o ensino da geografia? São Paulo: Contexto, 1989, p. 137.

PERES, Claudio A; CASTANHA, André P. Educação: Do Liberalismo ao Neoliberalismo. **Educere Et Educare: Revista de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 1, p. 233-238, jan./jun. 2006.

PICANÇO, Iracy Silva. Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil. **Relatos da Pesquisa**, vol. 4, n. 33, p. 89-97, jul. 1995. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_genese.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_genese.pdf). Acesso em: 10 mar. 2013.

PORTAL DO MEC. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com_content&view=article). Acesso em: 14 mar. 2013

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Ensino de Geografia No Brasil: As Prescrições Oficiais Em Tempos Neoliberais. **Revista Contrapontos**, vol. 1, n.1, p.14-28, jan./mar. 2010.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A Trajetória Da Disciplina Geografia No Currículo Escolar Brasileiro (1837-1942)**. São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SMITH, Adam. **A Riqueza Das Nações: Investigando Sobre A Natureza E Suas Causas**. Vol. 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.